



Coloque-se no lugar de representante dos **estudantes de uma universidade federal** que sofrerá o corte de verbas anunciado pelo atual ministro da Educação, que acusa as instituições federais de ensino superior de promoverem “balbúrdia”. Após tomar conhecimento dos fatos relatados no artigo reproduzido abaixo, houve uma imensa indignação entre a comunidade universitária. Em função da polêmica provocada pelo **corte de recursos financeiros**, você resolve escrever um **manifesto** e recebe o apoio de vários colegas. Juntos, decidem lê-lo na próxima **reunião de reitores, professores e alunos da universidade**. Nesse manifesto, a ser redigido na modalidade oral formal, você deverá necessariamente:

- explicitar o evento que motivou o Ministério da Educação — apoiado pelo governo federal — a fazer o corte de verbas;
- declarar e sustentar o que você e seus colegas defendem, convocando reitores, professores e alunos a agir em conformidade com o proposto no documento.

### **Equívocos superiores**

Não resta dúvida de que o modelo brasileiro de ensino superior público mereça ajustes vigorosos. Nas universidades, o corporativismo criou estruturas inchadas, resistentes a avaliações externas e avessas ao necessário debate sobre a participação de recursos privados em seu financiamento. Tampouco é segredo que parte considerável do comando dessas instituições se mostre vulnerável ao aparelhamento por forças partidárias, em geral à esquerda.

Não espanta, pois, que o governo Jair Bolsonaro (PSL) tenha escolhido o setor como um de seus alvos preferenciais. Entretanto, como tem ocorrido nas áreas mais ideologizadas da administração, os diagnósticos e medidas ensaiadas só têm mostrado preconceito e desconhecimento da realidade.

A série recente de despautérios teve início em abril, quando Bolsonaro afirmou que quase não há [pesquisa científica no Brasil](#), e a produção de conhecimento estaria concentrada nas entidades privadas.

De grande repercussão, as declarações se deram no mesmo dia em que chegava à chefia do MEC o economista Abraham Weintraub. Não muito depois, ministro e presidente disseram que cursos de [sociologia e filosofia](#) receberiam menos recursos porque não trariam impacto social mais palpável.

Na mais recente trapalhada, Weintraub deu a entender, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, que [bloquearia verbas de universidades](#) promotoras de “balbúrdia” em prejuízo do desempenho acadêmico, citando as federais de Brasília, da Bahia e Fluminense. A pasta recuou em seguida, anunciando um corte linear em todas as instituições, motivado apenas por escassez de arrecadação.

Impressiona a sequência de equívocos — para nem mencionar a absurda tentativa de intimidação. Por deficientes que sejam, as universidades públicas respondem por nove de cada dez achados científicos no país; [sociologia e filosofia](#) já são cursos de custo menor, além de essenciais; as três instituições mencionadas quase dobraram sua produção na última década. É descabido, ademais, desconhecer a importância da autonomia acadêmica e imaginar que a alocação de recursos orçamentários possa seguir o julgamento idiossincrático de um ministro.

Acertam países como o Reino Unido, onde o poder público discute com as universidades recomendações de especialistas para elevar o nível do ensino e da pesquisa. No Brasil se precisa de mais

avaliação e cobrança por desempenho — e o governo deveria se inteirar do conhecimento acumulado no setor.

Editorial. Opinião. A2. Folha de S. Paulo. 02 de maio de 2019.